

TEXTO JACIRA CABRAL DA SILVEIRA FOTOS FLÁVIO DUTRA



O lugar como direito social

Estudantes da UFRGS elaboraram formulário que busca viabilizar regularização fundiária da área da Vila Dique em Porto Alegre

Autogerido por professores e alunos da graduação e pós-graduação, o Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA) nasceu em 2003 por demanda discente. O interesse dos estudantes era criar um espaço no qual pudessem discutir conceitos da geografia na sua relação com a questão ambiental. Não queriam, entretanto, repetir a dimensão biológica de ambiente, que enfoca os impactos na natureza. Desejavam, pois, aprofundar a abordagem desse conceito a partir do ponto de vista de sua área de estudo, que discute o ambiente na sua dimensão social.

“O importante do ponto de vista da Geografia é que se pense que os impactos na natureza promovem impactos humanos, porque, à medida que a natureza se degrada, degrada-se o homem”, aprofunda Dirce Maria Antunes Suertegaray, professora que participou da criação do Núcleo. Aposentada pelo departamento de Geografia da UFRGS, a geógrafa segue lecionando como docente convidada no programa de pós-graduação, assim como permanece colaborando com os projetos desenvolvidos pelo NEGA, que incluem

atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Essa demanda por uma discussão mais política sobre a questão ambiental está presente em todos os projetos do Núcleo junto a grupos sociais, como quilombolas, ribeirinhos e populações que vivem em periferias, em sua maioria enfrentando uma situação de conflito pela permanência em seu território. “Trabalhamos numa relação dialogada tanto na preservação ambiental quanto na preservação social, no sentido de que seja garantido a essas populações o direito de se estabelecerem nos lugares que já ocupam”, explica Cláudia Luísa

Zeferino Pires, que, em companhia de Dirce e dos professores Marcelo Argenta Câmara e Álvaro Luiz Heidrich, orienta os projetos realizados pelo NEGA. O Núcleo hoje conta com 18 alunos diretamente vinculados ao curso e outros cinco egressos que permanecem ligados à rede, mesmo fora do estado.

De acordo com as professoras, um dos preceitos teóricos que embasa as pesquisas e subsidia as práticas é o da economia ecológica associada à ecologia dos pobres, que lutam pelo espaço de suas vivências com seus recursos e na sua diversidade histórica e cultural. “É uma questão ecológica que valoriza a heterogeneidade não só ecológica, mas da natureza na relação com os povos originários”, especifica Dirce.

Para ilustrar, Cláudia cita trabalho desenvolvido em uma de suas disciplinas, que trata conceitos como os de justiça ambiental, mapeamento participativo, natureza e sociedade, a partir do olhar de comunidades. Recentemente, seus alunos elaboraram um relatório sobre a Vila Dique com a participação de representantes de movimentos sociais e da comunidade da vila, localizada na Zona Norte de Porto Alegre. Nesse relatório, que foi apresentado à Defensoria Pública do Estado, eles buscaram demonstrar a viabilidade da regularização fundiária no lugar onde a comunidade está estabelecida, desde que respeitado o seu direito à moradia. Sheila Motta, presidente da Associação dos Moradores da Vila Dique, comenta que, graças ao levantamento topográfico realizado pelos integrantes do NEGA, também está sendo encaminhado à defensoria pública o processo de usucapião do lugar.

Por encontrar-se em área de preservação permanente, Cláudia afirma que, via de regra, a ação a ser tomada seria a remoção das famílias da vila como forma de preservar o ambiente. Na abordagem do Núcleo, entretanto, o debate se dá num outro sentido: o de defender o direito social daquelas pessoas de morarem e reivindicarem seu espaço de moradia.

“Duas das questões que operamos são a articulação e o diálogo com as comunidades, debatendo com elas essa apropriação do ambiente. E nesse diálogo se instaura a necessidade de entender esse conceito a partir da justiça ambiental, onde as pessoas não sejam excluídas da natureza, mas que convivam com ela, preservando-a”, esclarece a professora Cláudia.

Para Dirce, as concepções de geografia na escola contemporânea têm proposto que o ensino dessa disciplina comece a partir do lugar de vivência, tomando este, porém, como conceito, não como local, pressupondo o reconhecimento do seu espaço cotidiano e de sua identidade. “Esse é um primeiro passo mas não é suficiente. É preciso que eu me reconheça no lugar para que, a partir daí, possa me entender no mundo”, afirma Dirce. Ou seja, para ensinar geografia hoje o professor parte do espaço próximo para depois compreender o mundo em outras dimensões e em outras escalas temporais, espaciais, etc.

Por isso, uma das atividades do NEGA é a produção do livro-conto, no qual são resgatadas as histórias das comunidades em estudo. Uma dessas publicações já está sendo utilizada em algumas escolas da Restinga, na Zona Sul de Porto Alegre, como resultado de uma das atuais iniciativas do núcleo. “Os projetos vêm se construindo em diálogo entre comunidade e universidade, valorizando a troca de saberes populares e acadêmicos, procurando romper com as fronteiras entre ambos”, conforme registro do Núcleo. “É o resgate do lugar e a compreensão, pelos professores e alunos, desse lugar”, resume Dirce.



Trilha

A Casa dos Pretos Velhos é um dos pontos principais entre os trajetos que conectam a história e o cotidiano do Quilombo dos Alpes na zona sul de Porto Alegre, onde Janja preside a asso

Todos os moradores do Quilombo dos Alpes conhecem a Janja, hoje uma das mais velhas da comunidade. Parte dessa popularidade é seu gosto por contar histórias, especialmente aquelas que remetem à trajetória de seus antepassados, tendo como ponto de partida sua avó materna, dona Edwirges Francisca Garcia. Foi lá pelos anos de 1910 e 1930 que ela, juntamente com o companheiro Antônio Ramos, deu origem ao Quilombo dos Alpes, quando chegaram ao morro da Glória, na zona sul de Porto Alegre. Janja lembra da avó contando como os pés estavam em carne viva depois da longa jornada caminhando desde a zona das charqueadas, no interior do estado, onde ela e o primeiro marido eram escravos em uma fazenda. Eles teriam vindo para escapar dos possíveis castigos por conta de Antônio ter quebrado acidentalmente as guampas de um boi. Grávida do primeiro filho, já chegando ao local onde escolheriam fixar-se, ao longo

da Rua Oscar Pereira, depararam-se com a Boca da Onça - trecho na entrada da mata que assim ficou conhecido devido à presença do temido animal. Vencidos todos os perigos da vinda, dona Edwirges e seu Antônio acamparam numa parte elevada do morro e ali construíram sua primeira casa com vassoura e taquara, abundantes na área.

Hoje, mais de cem anos depois, esse local é conhecido pelos moradores do morro como a Trilha do Capão da Vó. Conforme os registros realizados pelo Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA), são doze trilhas ao todo no quilombo, distribuídas em quatro percursos, localizadas em uma área de 58 hectares. Essas especificações resultaram de horas de conversas e entrevistas com a comunidade, percorrendo os caminhos, macerando folhas de chás nas mãos para sentir o aroma de cada uma e imergindo um pouco na cultura local. Outra trilha que Janja faz questão de mostrar é a dos Matinhos

do Tio Wilson, que até morrer era o especialista na ciência das ervas - função atualmente desempenhada pelo filho e por outros moradores, como Janja e o irmão. Tem também a trilha da Casa dos Pretos Velhos, que é visitada sem muita cerimônia, mas com respeito, ainda que as crianças menores por vezes não resistam pegar emprestado algum doce ou ovo de chocolate oferecidos aos pretos velhos em datas especiais. Ao total, são 16 marcadores territoriais (pontos de referência para a comunidade), tirando as trilhas e os percursos. Desses marcadores, fazem parte locais como a figueira, o poço, a primeira e a última casa de dona Edwirges e a sede da associação logo à entrada do quilombo - um prédio bastante simples, construído com grandes blocos de pedra, em cujas paredes externas há uma porção de vasos e potes com plantas, chás e ervas. As casas foram construídas em três locais, sendo que a maior concentração, com cerca de 60, localiza-se próximo

a uma área urbanizada externa ao quilombo. É onde também funciona a creche administrada por mulheres da comunidade. A simplicidade das moradias tem como pano de fundo uma vista privilegiada de Porto Alegre.

Continuando o caminho das trilhas, Janja comenta que a vegetação ainda é muito parecida com aquela que seus antepassados encontraram quando vieram se refugiar na capital, mas estaria mais preservada - ela ressalta - não fossem as queimadas que o local sofreu por conta das disputas de terra que ocorriam com maior frequência antes do reconhecimento como comunidade quilombola, em 2005. Quando deram início ao processo de autorreconhecimento junto ao Ministério Público e à Fundação Palmares, a moradora, que também preside a associação, relata que uma imobiliária se dizia proprietária da área e por diversas vezes tentou intimidar os moradores dos Alpes para que desistissem da regulari-

zação, chegando a usar motosserra contra suas moradias na tentativa de amedrontá-los. Além das disputas com a imobiliária quanto à posse da área, várias vezes a polícia subiu o morro obrigando-os a demolirem as casas que estavam construindo. Mas o episódio mais trágico foi o assassinato de uma irmã e um irmão de Janja - ela própria foi ferida na ocasião. O culpado está preso desde então, mas da casa onde ocorreu a matança resta apenas a santinha feita junto a uma das vertentes de água pura. É consenso na comunidade que as mortes foram encomendadas também como forma de coação.

De porte mediano, cabelos grisalhos e curtos, e muito ágil ao falar de suas origens, a quilombola passa entusiasmo e confiança de que as lutas podem ser longas e muitas, mas as conquistas fazem parte do horizonte, ainda que distante, ou não. Para provar o que deixa transparecer, mostra o canteiro de ervas e chás, diz que mais adiante estão retomando o



...ação da comunidade

plântio do pomar e frisa que tudo o que é plantado é para uso de todos. “Desde o nosso reconhecimento, a gente vem tentando construir e montar os canteiros. De vez em quando destroem, botam fogo. Queimaram nosso pomar duas vezes, mas a gente está repondo de novo.” Ela fala que é coisa criminosa na tentativa de fazer com que desistam, mas isso não passa pela cabeça de nenhuma das cerca de 100 famílias que integram o Quilombo dos Alpes, que fica no número 1.300 da Estrada dos Alpes, no bairro Cascata.

Ainda tem que montar uma pracinha, fazer uma escola para a comunidade, o que certamente se transformará em novos marcadores territoriais, conforme a terminologia empregada pelos pesquisadores do NEGA, cuja mais recente ação foi auxiliar os moradores do quilombo na montagem do projeto para concorrer ao programa de financiamento Minha Casa Minha Vida Comunidades, encaminhado em agosto.

mas da memória

Realidade urgente

No outono de 2013, Lara Bittencourt e alguns de seus colegas do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA) tiveram o primeiro encontro com os moradores do Quilombo dos Alpes. O objetivo da reunião, segundo a estudante de bacharelado em Geografia, era dar início à coleta de informações sobre a comunidade e o território onde habitam.

O catálogo resultante dessa e de outras tantas conversas, subindo e descendo trilhas, entre perguntas e longas respostas, seria o embrião do mapa das trilhas que vieram se constituindo ao longo dos anos pelo uso do espaço. Marcadores impressos no chão batido, compondo percursos que mais tarde seriam identificados pelo estudo como sendo o da religiosidade, o da ancestralidade e memória, o da oralidade e ludicidade, e o de musicalidade, circularidade, corporeidade e cooperativismo.

Mas antes mesmo de tornar-se um registro mais conclusivo do projeto acadêmico em andamento, Lara conta que já constataram o quanto poderia ser efetivo o uso desse mapeamento. Certo dia, em pleno feriado, os moradores do Quilombo dos Alpes foram surpreendidos com a chegada de caminhões que traziam moirões e arame farpado. Muito rapidamente viram ser erguidas cercas, loteando parte da área pertencente à comunidade, numa ação visível de ocupação de terras que eram deles. Após o enfrentamento inicial, as coisas começaram a tranquilizar ao serem mostrados os documentos do reconhecimento de comunidade quilombola e o mapa das trilhas resultante do trabalho do Núcleo junto aos moradores.

“Isso foi muito colocar a coisa na prática”, avalia a estudante: “É legal eles se enxergarem, mas, além disso, é muito bom também poderem dar uma utilidade para esse material”, acrescenta. Com essa experiência, Lara diz ter aprendido a dimensão concreta de aspectos teóricos de sala de aula a respeito da delimitação de território e do quanto isso legitima um fato como a propriedade da terra dos quilombolas, em especial no Quilombo dos Alpes. Aqui, segundo Lara, está implícita a questão da identidade completamente ligada ao território.

Outros ganhos advindos da prática, de acordo com Lara, em especial no aprofundamento do cotidiano quilombola, nesse caso em estudo pelo NEGA, é a oportunidade de tirar do nível abstrato conceitos como o de ‘lugar’ e de ‘território’ relacionados ao de ‘poder’. Ela também faz referência ao aprendizado com relação à noção de imaginário: “É um conceito difícil e bastante usado na Geografia para a construção de discursos de identidade. Por exemplo: quem são os quilombolas, quem se declara quilombola, quanto isso é bem aceito e o quanto acaba sendo um problema entre eles?”

No final das contas – confessa a futura geógrafa –, quem mais ganha é a Universidade, por meio do aprendizado de seus estudantes que atuam nas comunidades: “É uma coisa muito mais urgente do que as nossas contemplações”. No plano pessoal, Lara pretende fazer a prova para o mestrado em geografia ainda nesse ano, tendo como orientadora a professora Cláudia Luísa Zeferino Pires. Ela quer trabalhar com cartografia narrativa – “todo mapa é um texto pronunciado por alguém” – e fazer um mapa a partir de um discurso feminino de mulheres de periferia.

Aluno-pesquisador

Sínthia Cristina Batista é professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e pesquisadora na área de cartografia e lutas sociais. Doutorou-se na UFRGS entre os anos de 2009 e 2014, quando trabalhou com cartografia como estratégia de resistência e luta pela permanência na terra, tendo como objeto de estudo um assentamento localizado no estado de Mato Grosso. Foi durante esse período que passou a integrar o NEGA, embora já na graduação aproximara-se dos textos produzidos pela geógrafa Dirce

Maria Antunes Suertegaray, professora que participou da criação do Núcleo em 2003.

Há oito anos lecionando, Sínthia costuma levar seus alunos para realizar trabalho de campo nos assentamentos em que pesquisa, sendo que em cada disciplina procura fazer os trabalhos de cartografia ligados à questão camponesa. Os alunos matriculados na cadeira de Projetos Educativos, por exemplo, dão aula, antes mesmo do estágio, para turmas da Escola Madre Cristina, localizada no assentamento Roseli Nunes, onde moram cerca de 325 famílias

e cuja área de mais de sete mil hectares está cercada por grandes latifúndios do agronegócio. Para a professora, existe um conflito muito grande entre a teoria e a prática, mas esse distanciamento, segundo ela, vai amenizando um pouco à medida que os estudantes vão se percebendo pesquisadores: “Esse movimento da teoria e da práxis com um conteúdo político e social claro é fundamental para dar sentido ao processo de formação”, assegura.

Ao comentar as reflexões teóricas que norteiam os projetos desenvolvidos pelo NEGA, ao qual permanece ligada, Sínthia comenta a necessidade atual da retomada do conceito de ambiente dentro do núcleo. Ela mesma acaba trabalhando pouco com esse aspecto: “Naquela época, o que queríamos problematizar – e acho que não perdemos isso de vista – era o discurso ambiental cooptado pela lógica do capital com um viés de sustentabilidade que é totalmente insustentável em um modo de produção autodestrutivo, de esgotamento de todas as limitações da natureza e do trabalho humano. E isso politicamente é que fortalecia o conceito de ambiente”. Mas, independentemente das questões teóricas privilegiadas por cada pesquisador, Sínthia reconhece o papel integrador que o tema ambiente exerce sobre os estudos feitos por todos. Durante a entrevista por telefone, a geógrafa paulista demonstra que os vínculos pessoais e epistemológicos que a ligam ao Núcleo bem ao sul do Brasil permanecem muito vivos, e deixa escapar o desejo de um contato mais permanente para trocas constantes.

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



Egressa da UFRGS adota em sua prática docente na Universidade Federal do Mato Grosso metodologia que aprendeu junto ao Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente



De Porto Alegre ao Amazonas

Viajando em embarcações amazônicas, estudantes da UFRGS entrevistam ribeirinhos para montar zoneamento da Flona de Tefé

“Pô, professor! Escrever açaí com ‘u’ não dá!” É comum reclamações como essa quando um aluno de uma escola no estado do Amazonas está sendo alfabetizado e se depara com uma cartilha cuja letra ‘u’ é ilustrada com a imagem de uma uva, fruta parecida com o açaí, esta sim muito conhecida entre os amazonenses.

Com essa cena, o analista ambiental do ICMBio Amazonas Rafael Rossato destaca a importância dos livros produzidos pelos pesquisadores do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente com a colaboração da população ribeirinha da Floresta Nacional (Flona) de Tefé, município localizado a 663 km de Manaus com

uma população de 61 mil habitantes, de acordo com o censo do IBGE de 2012. A coletânea compreende três obras: uma de literatura infantil, outra de geografia e história da Flona de Tefé e uma terceira com atividades a serem desenvolvidas em sala de aula, todas tendo como foco a comunidade na qual o projeto é desenvolvido. A produção desse material contou com financiamento do CNPq, por meio de edital de Difusão e Popularização da Ciência.

A ideia dos livros surgiu durante a primeira etapa do projeto, que consistiu na elaboração de mapas e no zoneamento para integrar o plano de manejo da Flona

de Tefé, que é uma unidade de conservação de uso sustentável, ou seja, que permite moradores em seu interior. Esse trabalho foi desenvolvido entre os anos de 2012 e 2013, quando os pesquisadores visitaram a área em embarcações na companhia dos ribeirinhos, coletando informações sobre as histórias de vida, a natureza que envolve a comunidade e o trabalho desempenhado pelos comunitários (expressão usual entre os amazonenses).

Rafael diz que com esse mapeamento foi possível identificar, entre outras informações, os usos da terra pelos comunitários, dado importante para o zoneamento da área que foi delineada de acordo

com três categorias: zonas de preservação, que são as mais distantes; zona populacional, onde ficam os roçados; e a zona de uso geral da comunidade, a qual não pode sofrer desmatamento ou ser alvo de atividade de extração. “É uma questão de valorização da comunidade local, boa não só para a região da Flona, mas para toda a Amazônia, porque não se tem muitos registros assim. Eu não conheço nenhuma unidade de conservação que tenha uma publicação como essa”, ressalta o analista ambiental.

Francisco Darcio Falcão só vai à cidade para realizar as atividades ligadas à Associação de Produtores Agroextrativistas da

Floresta Nacional de Tefé, da qual é presidente – prefere, como os demais ribeirinhos, permanecer na comunidade. Ele conta que geralmente os comunitários recebem visitantes com um certo receio, em função da ideia ainda propalada de que eles sejam invasores da área florestal. Ressalta, no entanto, que, quando os pesquisadores do NEGA chegaram para as primeiras entrevistas e para circular pela área a fim de conhecer o local e sua população, os ribeirinhos agiram diferente, com mais confiança, por se tratarem de educadores e não de fiscais ou pessoas ligadas ao governo.

O ribeirinho avalia que as maiores conquistas obtidas através dessa parceria com a Universidade foram a tomada de consciência de muitos moradores sobre sua própria história e o fato de se reconhecerem como uma comunidade que tem direito de ocupar o local onde mora, mas que, ao mesmo tempo, deve preservá-lo. Ele lembra de um episódio ocorrido entre um rapaz que vive na Flona e seu tio que mora na cidade. Este o provocou dizendo que agora todo mundo na comunidade era agente ambiental, e o rapaz respondeu: “Meu tio, deixa eu fazer uma pergunta. Se um camarada entrar na tua casa e pegar alguma coisa, tu vais deixar? Assim é com a gente. Nós moramos aqui na Flona e, se uma pessoa de fora vem para pegar aquilo que é nosso, é lógico que a gente não vai deixar”.

Se, num primeiro momento, a demanda para a realização dos estudos do NEGA sobre a Flona partiu de um órgão gestor, a professora Dirce Maira Antunes Suertegaray, salienta que, ao longo do processo, essa demanda passou a ser da comunidade, porque agora os moradores solicitaram que se realizem oficinas para o uso do material pedagógico. Apesar da escassez de recursos, a professora assegura que já estão sendo providenciados os preparativos para a execução dessa terceira etapa do projeto que o Núcleo foi convidado a desenvolver a uma distância de mais de cinco mil quilômetros de Porto Alegre.

Núcleo apresenta projetos à comunidade universitária

Os alunos integrantes do Núcleo de Estudos Geografia e Ambientes (NEGA) participarão do XVII Salão de Extensão e do XXVIII Salão de Iniciação Científica da UFRGS, dando visibilidade a alguns dos projetos desenvolvidos a partir dos pressupostos teóricos do Núcleo.

XVII SALÃO DE EXTENSÃO

Modalidade Tertúlias

Trabalho

Memórias e espacialidades no Quilombo dos Alpes em Porto Alegre/RS

Alunas

Luisa de Antoni Bassanesi, Geografia, 6.º semestre

Meriene Santos de Moraes, Geografia, 6.º semestre

Taís Munhoz, Geografia, 6.º semestre

Orientação

Cláudia Luisa Zeferino Pires e Álvaro Luiz Heidrich

Apresentação

Dia 14, no Instituto de Letras (Prédio 42211), sala 9, das 9h às 12h

Trabalho

Tambores de Oxum: geografias e cartografias narradas

Alunos

Luciano Ubirajara Duarte Ferreira, Geografia, 5.º semestre

Winnie Ludmila Mathias Dobal, Geografia, 2.º semestre

Orientação

Cláudia Luisa Zeferino Pires e Álvaro Luiz Heidrich

Apresentação

Dia 14, no Instituto de Letras (Prédio 42211), sala 9, das 9h às 12h

Trabalho

Território e mobilização comunitária no Quilombo dos Alpes

Alunas

Lara Machado Bitencourt, Geografia, 8.º semestre

Marina Orlandi Goulart, Arquitetura, 9.º semestre

Orientação

Cláudia Luisa Zeferino Pires e Álvaro Luiz Heidrich

Apresentação

Dia 14, no Instituto de Letras (Prédio 43211), na sala 8, das 9h às 12h

XXVIII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Modalidade Apresentação Oral

Trabalho

A Natureza no livro didático para a FLONA de Tefé

Aluna

Isabel Perez Alves, Geografia, 9.º semestre

Orientação

Cláudia Luisa Zeferino Pires

Apresentação

Dia 13, no Instituto de Matemática (Prédio F – 43123), na sala 206, às 14h

